



Canal Energia – 04 Mar 2004

Mesmo descontente, setor vê avanços no texto aprovado no Senado

Associações reconhecem melhoria no projeto de conversão da MP 144, mas lamenta inclusão apenas parcial de pontos importantes

Os diversos segmentos do setor elétrico tiveram visões distintas sobre o texto do projeto de conversão da medida provisória 144, aprovado nesta quinta-feira, dia 4 de março, no Senado. Apesar de optarem por um discurso mais ameno, destacando os avanços trazidos com a série de negociações travadas com os parlamentares, as entidades não esconderam o descontentamento com a exclusão de pleitos considerados essenciais para o funcionamento do setor.

A principal voz crítica em relação ao produto final apresentado pelos senadores veio da Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), muito pelo fato de o texto aprovado não ter trazido integralmente a possibilidade de as empresas poderem repassar 100% os custos absorvidos com as licitações. O ponto era considerado a prioridade número um do segmento nas discussões no Congresso, e sua inclusão parcial não agradou à associação.

"Sem nenhuma explicação, não quiseram integrar o repasse para as tarifas dos leilões de ajuste de carga, que é exatamente igual aos outros leilões de contratação", critica o presidente da Abradee, Luiz Carlos Guimarães. Segundo ele, o natural era que apenas o risco pela diferença residual entre a previsão de mercado e a contratação final fosse assumido pelas empresas. Ainda assim, o executivo viu avanços em relação ao texto original, com ajustes em temas envolvendo inadimplência e racionamento.

O presidente da CBIEE (Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica), Claudio Sales, também considerou que houve melhoria na aprovação do novo modelo no Senado. Ele destacou a mudança que inclui como energia nova os projetos que entraram em operação a partir de janeiro de 2000. Na versão que veio da Câmara dos Deputados, este prazo contava a partir de janeiro de 2003 - enquanto as empresas queriam a data de até janeiro de 1998, época da privatização.

"Este foi um avanço importante", comentou Sales, lamentando que projetos de Tractebel e Duke Energy não se encaixem no novo prazo. Apesar de reconhecer os progressos, o presidente da CBIEE fez coro com a Abradee, e criticou a não-inclusão do direito de repasse do custo dos leilões de ajustes. "Não tem porque as distribuidoras fiquem expostas a este risco, pois elas não têm como controlar isso", comentou Sales. O executivo ainda tem esperanças de que novas correções sejam feitas no modelo.

Ação pró-ativa - A expectativa, neste caso, é que novas mudanças possam ser efetuadas no texto, com a votação dos 35 destaques que serão analisados no plenário do Senado na próxima terça-feira, dia 9. No caso das geradoras, a análise é mais positiva, embora agregada de críticas. Para o presidente da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica), Flávio Neiva, o segmento foi atendido de forma satisfatória com o projeto aprovado hoje.

Ele destaca, entre os fatores positivos, a elevação de 2005 para 2006 para que os produtos leiloados nas licitações de energia existente comecem a ser entregues até cinco anos após os negócios. Neiva afirma, contudo, que pretende estender ainda mais este prazo, durante o processo de regulamentação. "Trata-se de uma matéria relevante para os geradores. Não entendo por que parou em 2006, já que ainda poderá haver energia descontratada em 2007", explica.

A Abraceel (Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica) afirma que dos pontos contidos na chamada agenda mínima do setor, levada à discussão no Congresso, 50% foram incorporados pelo relator Delcídio Amaral (PT-MS). O presidente da associação, Paulo César Tavares, lamenta que nem todos os pontos essenciais tenham sido incorporados, mas considera o texto final aprovado no Senado "muito melhor" em relação ao que saiu da Câmara.



Crítico do modelo elaborado pela equipe da ministra Dilma Rousseff, o presidente da entidade afirma que, passada a fase de discussão, o grande objetivo da associação a partir de agora é agir de maneira pró-ativa para o sucesso da segunda etapa, que envolve a construção das regras. A intenção foi inclusive levada à ministra, durante reunião ocorrida na última quarta (3). "É necessário que haja um multirão para acabar com a paralisia que existe no setor há mais de um ano", diz.